

AÇÃO DO GATILHO

Será que agora vai?

Em 31/8 ocorreu uma nova reunião entre a Adusp e representantes da Reitoria: Ana Maria da Cruz, procuradora-chefe da USP, e Livia Maria, pertencente ao Gabinete da Reitora. O advogado da Adusp, Fernando Barros, também esteve presente. Na pauta os mesmos pontos que há exatos 364 dias começaram a ser tratados com as mesmas representantes da administração: 1) acertar divergências quanto à lista de beneficiários da ação e 2) definir como devem ser feitos os cálculos do montante devido em função dos gatilhos não pagos ou pagos em atraso, durante o ano de 1987. A questão sobre a incorporação do resíduo de 32,96% continuaria sendo deixada para ser discutida após o fechamento dos dois primeiros itens, considerados menos problemáticos.

Acertar estes pontos havia sido o compromisso assumido pela professora Suely Vilella em junho do

ano passado. Em reunião com a diretoria da Adusp, que tomou posse este ano, ela mostrou-se surpresa com o fato de que a Procuradoria da USP ainda não houvesse respondido às questões apresentadas pela entidade. Infelizmente, neste período tal discussão processou-se apenas através de petições junto ao juiz, o que apenas protela o cumprimento de uma sentença que já se encontra em fase de execução.

Cálculo da dívida

Há sinais de que agora podemos estar caminhando para uma definição concreta, iniciando-se a troca de informações sobre a lista de beneficiários. Aguardamos, ainda, uma manifestação sobre o cálculo da dívida restrita ao ano de 1987, feito pela Adusp em uma planilha específica.

De qualquer modo, prosseguimos com o rito formal em juízo. Entregue em 4/9, nossa última petição aponta novamente erros na

lista de exclusões de beneficiários apresentada pela administração, bem como nos valores da dívida presumida que a universidade havia entregue em juízo. Também apresentamos for-

malmente ao juiz a planilha de cálculo, para um MS-1, dos gatilhos de 1987, bem como da dívida acumulada desde então em função do não pagamento do resíduo de 32,96%.

Esperamos que finalmente a administração da USP agilize essas tratativas com a Adusp, para que a sentença a que os docentes têm direito seja devidamente executada.

Reunião com o Cruesp poderá trazer novidades sobre a parcela fixa

No próximo dia 21/9 teremos reunião com os reitores.

Nossas reivindicações salariais na data-base 2007 eram:

1- reajuste de 3,15% (para voltar ao poder aquisitivo de maio/06 pelo ICV-Dieese);

2- incorporação ao salário base de parcela fixa (R\$ 34,67, R\$ 88,00 e R\$ 200,00 para RTP, RTC e RDIDP respectivamente).

Recebemos 3,37% (IPC-Fipe de maio/06 a maio/07) de reajuste e, quanto à parcela fixa, houve alegação de que destruiria a carreira dos funcionários e de que era incompatível com a manutenção do custeio das universidades. A argumentação baseava-se em restrições estimativas de arrecadação do ICMS.

No processo de negociação, os reitores propuseram que da parcela que ultrapassasse R\$ 43,62 bilhões (o limite superior de suas esti-

mativas), 75% fossem para parcela fixa, 5% para permanência estudantil e 20% para investimento em infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão. Esta proposta foi recusada pelas Assembléias Gerais da categorias do Fórum das Seis e a questão permanece em aberto.

O fato novo é que a arrecadação está se aproximando das expectativas do Fórum das Seis, ou seja, já atingiu R\$ 21,7 bilhões no primeiro semestre, deven-

do chegar a um valor entre R\$ 43,65 e R\$ 43,90 bilhões (*Informativo Adusp* 243).

Desta forma, a reunião entre o Fórum das Seis e o Cruesp a ser realizada nesta semana poderá trazer novidades. Aguardamos o estudo prometido pelos reitores sobre a estrutura da carreira dos funcionários técnico-administrativos visando a implantação da parcela fixa. Também esperamos discutir o financiamento da permanência estudantil.

Fernando Piva/Adunicamp



Fórum das Seis entrega pauta ao presidente do Cruesp, em 17/4/07

Novo Regimento da Adusp

Para alterar o Regimento Geral da Adusp visando adequá-lo às exigências do atual Código Civil, foi convocada Assembléia Geral, aberta em 20/8 e encerrada em 27/8, seguida de Plebiscito realizado em 29, 30 e 31/8. O Regimento então em vigor exigia essas duas etapas e um quórum de 10% de associados na Assembléia. Com 393 votantes, a Assembléia aprovou o novo Regimento que foi referendado em Plebiscito com 202 votos (198 sim, 1 não e 3 brancos). O novo Regimento, cujo texto encontra-se na página eletrônica da Adusp (www.adusp.org.br), está sendo encaminhado para registro em cartório.

Perseguição a sindicalista no Laboratório Síncrotron

Os trabalhadores do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia sediada em Campinas, estão em campanha salarial na qual reivindicam reajuste de 7,5% e abono de R\$ 1.500, entre outros pontos. O Síncrotron é gerido, por meio de um contrato de gestão, pela Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS). Seus funcionários são contratados via CLT já que a ABTLuS é uma organização social (OS).

A negociação entre a ABTLuS e o Sindicato dos Trabalhadores em C&T de São Paulo (SinTPq), que representa os trabalhadores, tem

sido conturbada. O sindicato afirma que o negociador contratado pela gestora do Síncrotron não conhece a situação interna do laboratório e comporta-se de modo desdenhoso nas reuniões de negociação. Além disso, no dia 12/9 o diretor do sindicato Joelmo Jesus de Oliveira, que trabalha no Síncrotron, foi suspenso pela direção do laboratório, para “apuração de falta grave”, expediente empresarial típico para afastar sindicalistas combativos. A idéia da gestora é demitir Oliveira por “justa causa”, após inquérito judicial.

Na última assembleia, em 10/9, os funcionários rejeitaram a segunda contra-proposta da ABTLuS — reajuste de

4%, mas contemplando também os benefícios sociais reivindicados, como a extensão de dois meses para a licença-maternidade — e confirmaram o estado de paralisação decretado em assembleia anterior. O SinTPq já pediu nova rodada de negociação. “Caso não haja avanços, organizaremos novas paralisações das atividades no laboratório”, informa o sindicato.

Recomendação

Os trabalhadores argumentam que a ABTLuS tem condição financeira de conceder maiores aumentos salariais. Prova disso seria o fato de que os diretores da entidade receberam reajuste de 20% em 2006, concedido pelo Conselho

de Administração. “A ABTLuS possui mais de R\$ 20 milhões em aplicações financeiras. Uma auditoria da Controladoria Geral da União recomendou que esse saldo fosse diminuído, não sendo sustentável a afirmação de escassez de recursos para concessão de um abono ou um aumento mais significativo”, protesta o sindicalista Oliveira.

José Paulo Porsani, presidente do sindicato, enviou carta ao Conselho de Administração, com o intuito de “solucionar o impasse” da campanha salarial e “evitar novas paralisações”, esperando “que este colegiado indique uma solução para a situação atual, com uma melhoria na proposta da ABTLuS nas cláusulas econômicas de

nosso acordo coletivo”.

Porsani lembra que há condições financeiras para tanto, pois “já existe, inclusive, um Termo Aditivo assinado para o período de 2006 a 2009 no valor de R\$ 111.189.000”. Ele aponta ainda a falta de transparência da direção do Síncrotron com relação à disponibilidade de recursos financeiros.

No dia 12/9 o *Informativo Adusp* procurou a assessoria de imprensa do professor José Antonio Brum, diretor-geral do Síncrotron, para que ele comentasse as declarações do sindicato e os incidentes da campanha salarial. Até o fechamento desta edição, contudo, Brum não se manifestou.

Polícia Militar agride estudantes na Fundação Santo André

Tropas da PM entraram, na madrugada de 14/9, no Centro Universitário da Fundação Santo André, para retirar 300 estudantes que ocupavam a reitoria para protestar contra o aumento das mensalidades. Os estudantes haviam entrado por volta das 22 horas de 13/9.

A PM agrediu os estudantes com cassetetes, balas de borracha e gás lacrimogêneo. Oito estudantes foram detidos. Segundo o Portal G1, o comandante da ação foi afastado no dia 14/9.

Em 2007, escolas e universidades têm sido palco de ações truculentas da PM. A Unesp de Araraquara e a Faculdade de Direito da USP foram alvo de incursões noturnas da PM, para pôr fim a ocupações. Em 28/8, o Colégio Estadual Barão do Rio Branco, em Foz do Iguaçu (PR), foi invadido pela PM, que agrediu e prendeu professores e alunos que protestavam contra a transferência arbitrária de docentes. Um deles teve duas costelas quebradas.

Cert e Estatuto: erramos!

O Quadro 2 da matéria “A Cert na reforma do Estatuto”, publicada no *Informativo Adusp* 243, p. 3, contém um erro de revisão que prejudica a compreensão da proposta de mudança do Regimento da Cert.

Assim, ao final da coluna “Texto proposto” do citado Quadro 2, figura erroneamente o artigo 7º do Regimento (“A CERT será previamente ouvida em todos os assuntos relacionados a regimes de trabalho docente na USP.”), que, no entanto, só existe no texto atual.

O texto proposto, portanto, **suprime** o artigo 7º.

MPE-SP abre inquérito contra reajuste abusivo de seguro-saúde

O Ministério Público Estadual (MPE-SP) determinou a abertura de inquérito civil para apurar os reajustes das prestações do plano coletivo de seguro-saúde oferecido pela Sul América Seguro-Saúde em conjunto com a Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afesp). A iniciativa do MPE-SP atende a uma representação do professor Vicente Girardi, do Instituto de Geociências.

Girardi considera abusivos os reajustes praticados pela Sul América. Segundo o professor, nos últimos três anos e 10 meses o reajuste acumulado foi de 112%. Ele questionou especialmente os reajustes de sinistralidade, ocasionados pelo aumento dos gastos no atendimento aos usuários.

Na sua opinião, os cálcu-

los “absolutamente não são transparentes”, o que o levou a reclamar. “Eles combinam o aumento e mandam uma carta — ‘olha’, o aumento foi de tanto”. A Sul América justifica seus aumentos por sinistralidade somente perante a Afesp, mas não para os usuários.

Nova cláusula

O promotor João Guimarães Júnior, da Promotoria de Justiça do Consumidor do MPE-SP, afirma, em sua decisão, que “constatou-se a abusividade da cláusula que prevê tal reajuste [por sinistralidade], por falta de transparência”. No seu entendimento, não basta que a Sul América apresente os planilhas de sinistralidade apenas à Afesp: os dados deveriam estar à disposição também dos usuários individuais. O

promotor sugere ainda que a Sul América assine um termo de ajustamento de conduta (TAC), comprometendo-se a adotar uma nova cláusula em seus contratos, que preveja a transparência para os usuários.

O advogado da Comissão de Saúde da Afesp, Marcos de Almeida, informou que a associação desconhecia a decisão do MPE-SP, mas que “em todos os casos de reajuste, a Afesp negocia exaustivamente, e os índices obedecem a critérios técnico-científicos”.

Procurada pelo *Informativo Adusp*, a Sul América declarou, por meio da assessoria de imprensa, que está “cumprindo os trâmites determinados pelo Ministério Público e neste momento não tem um parecer oficial para comunicar”.

Financeirização chega ao ensino superior privado

As instituições privadas de ensino superior estão experimentando um intenso processo de reconfiguração, em razão da entrada de novos capitais no setor. Publicações especializadas em economia têm acompanhado com atenção as novidades no chamado “mercado da educação”, estimado em R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano. Consultores e investidores falam em “consolidação” do setor, eufemismo para designar um enxugamento, com aquisições, fusões, desaparecimento das instituições mais fracas, mal administradas ou em dificuldades financeiras.

Um rápido resumo das principais transações ocorridas no setor em menos de dez anos revela crescente envolvimento de bancos e de outras empresas, apesar da alta inadimplência dos alunos e do grande número de vagas ociosas. Esses investidores parecem sentir-se confortáveis com as isenções fiscais propiciadas pelo ProUni, bem como com o fato de que a expansão das instituições públicas de ensino superior é muito tímida, deixando enorme espaço para o setor privado.

Em 1999, os ex-banqueiros Claudio Haddad (banco Garantia) e Paulo Guedes (banco Pactual) compraram a faculdade Ibmecc, ao passo que o empresário Antoninho Marmo Trevisan associou-se ao Banco Fator para lançar a faculdade Trevisan. Em 2003, outro banco, Pátria Investimentos, comprou parte do capital do grupo Anhangüera, uma rede de faculdades sediada no interior de São Paulo.

Cifras elevadas

No final de 2005, foi a vez do Laureate, poderoso grupo educacional norte-americano, adquirir, por R\$ 165 milhões, o controle acionário das faculdades Anhembi-Morumbi.

pelo Pátria, que em 2003 assumira a gestão financeira da Anhembi-Morumbi.

A roda-viva continuou, em 2007, sempre envolvendo cifras elevadas. Primeiro, o grupo norte-americano Whitney comprou o controle acionário da Faculdade Jorge Amado, na Bahia (*Valor Econômico*, 26/7). A rede Anhangüera lançou ações na Bolsa de Valores, em março, obtendo R\$ 360 milhões (*Época* 483). Depois foi a Estácio de Sá que abriu seu capital, arrecadando R\$ 500 milhões (*Exame*, 8/8/07). As operações na Bolsa foram comandadas por dois bancos de investimentos rivais: o Credit Suisse (Anhangüera) e o UBS Pactual (Estácio).

Outros negócios estão em andamento, envolvendo tanto a aquisição de faculdades como a constituição de empresas e fundos voltados para o setor. Como a Ideal Invest, especializada em financiar “estudantes interessados em cursar uma faculdade”, bem como “universidades em busca de crescimento” (*Época* 483). Criada em 2001, há poucos meses a empresa recebeu um aporte de R\$ 250 milhões de duas administradoras de recursos, uma delas pertencente a Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central.

“Corrosão”

Que impactos trará o processo de “modernização” e capitalização do setor? O professor Romualdo Portela, do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação (Faculdade de Educação da USP), pensa que tais mudanças significam “a completa financeirização do setor”, o que “transforma na prática a educação numa grande mercadoria, negociada no mercado financeiro”. Situação que se agrava por não haver, no horizonte visível, perspectivas de ampliação do setor público.

Uma das consequências, na opinião do professor, será o desequilíbrio na competição entre grupos privados. “Antes, eram empresas, como a Unip e outras, que acumularam capital com a educação. Agora, há possibilidade de se ter outra repartição do bolo. Por exemplo, a compra da Anhangüera por um fundo envolve dinheiro grande, de fora da educação”, o que implica “a redefinição de espaços no interior do sistema”. Essa entrada de capitais externos ao setor provocará, acredita, “padrões de competitividade muito agressivos”.

O professor Portela teme que as condições de trabalho

nas instituições privadas, que atualmente já são extremamente precárias, venham a piorar. As cooperativas de trabalho, utilizadas para burlar a legislação trabalhista, tenderiam a crescer em número, mesmo porque a preocupação com a qualidade do ensino está presente em apenas algumas dessas instituições. “Não necessariamente elas buscam nichos de qualidade. A idéia, em geral, é do atendimento em massa”, adverte.

A discussão de salvaguardas para a educação em instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), diz o professor, perde sentido diante da situação atual, pois

é um dado que a educação consolidou-se como mercadoria no Brasil: “O processo de corrosão é muito mais profundo do que poderíamos supor”, lamenta ele.

Em 12/9, o *Informativo Adusp* entrou em contato com as assessorias de Pedro Kasab, presidente do Conselho Estadual da Educação-SP, e de Gabriel Rodrigues, sócio-proprietário da Anhembi-Morumbi e presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), após o que enviou a ambos, por correio eletrônico, algumas perguntas. Até o fechamento desta edição não havíamos recebido as respostas.

Protesto da Apeoesp na Praça da República

Robson Martins/Apeoesp

No dia 10/9, professores da rede estadual de ensino montaram acampamento em frente à Secretaria Estadual da Educação, na Praça da República, centro de São Paulo. Eles reivindicam a incorporação das gratificações ao salário, a elevação do piso salarial para R\$ 1.733 (equivalente ao salário mínimo necessário calculado pelo Dieese), o fim da aprovação automática e a limitação do número de alunos por sala de aula a um máximo de 35.

Segundo o presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Carlos Ramiro, o governador José Serra e a Secretária de Educação têm se recusado a negociar com os professores: “Entregamos nossa pauta de reivindicações em fevereiro, a



Professores acampados: à espera de negociação

nossa data base foi em maio, e até agora o governo não deu resposta”.

Os professores armaram tendas e promoveram aulas públicas. A previsão é de que levantassem o acampamento no dia 14/9, quando deveria ocorrer uma assem-



bléia da categoria no local, para debater a possibilidade de greve. “Esperamos que o governador abra negociações até amanhã [14/9], caso contrário entraremos em greve”, disse Ramiro.

Licença-prêmio em pecúnia: só na USP não pode?

A USP mantém sua posição quanto a não pagar em pecúnia, quando solicitada, as licenças-prêmio não usufruídas até maio de 1999. De acordo com o Departamento de Recursos Humanos, consultado pelo *Informativo Adusp*, continua em vigor essa decisão da reitora Suely Vilela, baseada em parecer da Consultoria Jurídica (CJ) de agosto de 2006.

Porém, a conversão da licença-prêmio em dinheiro, nos casos em que esse benefício não foi usufruído até maio de 1999, é permitida pela Lei Complementar 857/99, cuja constitucionalidade foi depois confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No assunto, a USP isola-se cada vez mais, uma vez que o próprio governo estadual tem legislado, recentemente, de modo a permitir a conversão em dinheiro de parte da licença-prêmio a que fazem jus algumas categorias de funcionários públicos. É o caso dos professores da rede estadual e dos integrantes das polícias civil e militar. Em ambos os casos, pode ser requerido o pagamento em pecúnia de um mês, dos três meses que constituem a licença-prêmio.

O Decreto 52.031, de 3/8/07, determina, em seu artigo 2º, que “Poderá ser convertida, anualmente, em pecúnia, mediante requerimento, uma parcela de 30 (trinta) dias da licença-prêmio a que os integrantes das carreiras da Polícia Civil, da Superintendência da Polícia Técnico-Científica e da Polícia Militar tiverem direito, desde que se encontrem em efetivo exercício” em unidades dessas corporações.

Quanto aos professores, a possibilidade de conversão em dinheiro de um dos três meses da licença-prêmio foi incluída em um “pacote de benefícios” anunciado no dia 23/8/07 pelo governo estadual.

Ações na justiça

A Adusp orienta os docentes que estiverem interessados em assegurar seu direito à conversão em dinheiro de licenças-prêmios não usufruídas até maio de 1999 a procurarem o seu departamento jurídico. A advogada Lara Lorena, da Adusp, já encaminhou várias ações de docentes que

se insurgiram contra a determinação da USP.

Para a ação serão necessários os seguintes documentos:

1. Duas cópias autenticadas da certidão de contagem do período das licenças-prêmio não gozadas até 20/5/99;

2. Uma via da declaração de justiça gratuita (aconselhável para evitar o pagamen-

to de sucumbência em caso de derrota no processo)- vide www.adusp.org.br/Juridico/juris/declara.htm

3. Duas cópias autenticadas do último holerith;

4. Duas cópias da procuração aos advogados (não é preciso reconhecer firma)- vide www.adusp.org.br/Juridico/juris/docs_lp/procura_lp;

5. Uma cópia da solicita-

ção à universidade de recebimento das licenças em pecúnia, devidamente protocolada, se houver;

6. Duas vias do contrato de honorários advocatícios (todas as vias rubricadas), cujo acesso está disponível em www.adusp.org.br/Juridico/juris/licenca.htm;

7. Cópia simples do RG e do CPF.

Sobe número de acidentes de trânsito no Campus

Entre os meses de janeiro e agosto de 2007, o número de acidentes de trânsito nas ruas do campus universitário do Butantã subiu 21% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 101 acidentes em 2007, contra 83 em 2006. Os dados, fornecidos pela Guarda Universitária, contabilizam apenas os casos em que ela atendeu a ocorrência ou foi notificada pelos envolvidos.

O aumento é ainda mais significativo se considerados isoladamente os acidentes com vítimas: 18 em 2007, contra 13 em 2006, representando um crescimento de 38%. São considerados acidentes com vítimas todos aqueles em que alguma pessoa sofreu qualquer ferimento, mesmo que leve.

Para Ronaldo Pena, diretor do Departamento de Operações e Vigilância da Prefeitura do Campus, o número de acidentes é “razoável, já que circulam por dia na USP perto de 80 mil pessoas”, mas que a situação não pode ser enxergada “com conformismo estatístico”. Ainda segundo Pena, o aumento em relação ao ano passado era “previsível, dentro das atuais condições de risco” e do “aumento do fluxo de veículos para o campus, da ordem de 8% a 10%”.

Convênio

Para a Prefeitura do Campus, os principais motivos de acidente seriam a imprudência dos motoristas e o desrespeito às leis de trânsito. Um levantamento de 2005, da própria Prefeitura, revelou que, nas avenidas da Raia e Lineu Prestes, 95% dos veículos transitavam em velocidades acima da permitida, número que Pena considera “um abuso”. Segundo ele, a Prefeitura trabalha com campanhas de conscientização

dos motoristas, mas a situação seria “originada pela impunidade dos motoristas”.

Na tentativa de solucionar esse problema, a USP vem buscando firmar um convênio com a Prefeitura de São Paulo, para que esta fiscalize e aplique multas de trânsito dentro do campus universitário. O convênio está em análise na Consultoria Jurídica da USP.

Além dos acidentes de trânsito, outras questões afetam a circulação no campus: o congestionamento que se

forma no final das tardes na rotatória próxima ao portão 1, o transporte público superlotado, e a escassez de ônibus circulares são problemas de longa data que continuam sem solução. Por outro lado, a comunidade acadêmica só consegue participar das decisões relativas a essas questões por meio do Conselho do Campus, colegiado com composição ainda mais restrita do que o Conselho Universitário, e de periodicidade bastante irregular.

Prestação de contas da Adusp

Relatório de Tesouraria - 1º trimestre de 2007

Mês	Saldo do Fundo de Reserva ¹	Contribuição Líquida dos Associados ²	Salários e Encargos	Despesas de Comunicação	Despesas Gerais Restantes ³
Janeiro/07	875.959,85	124.566,94	72.761,68	12.686,78	24.834,55
Fevereiro/07	933.868,04	124.346,44	86.371,88	6.771,23	30.100,32
Março/07	943.399,15	124.335,91	65.784,14	11.100,09	25.668,15

Relatório de Tesouraria - 2º trimestre de 2007

Mês	Saldo do Fundo de Reserva ¹	Contribuição Líquida dos Associados ²	Salários e Encargos	Despesas de Comunicação	Despesas Gerais Restantes ³
Abril/07	997.051,26	124.186,46	73.080,76	18.920,88	25.060,25
Mai/07	1.008.271,36	124.249,16	65.682,14	35.102,89 ⁵	47.530,51
Junho/07	938.610,27	124.032,25	97.552,42 ⁴	27.632,14	59.547,96

Observações:

1) Utilizado com autorização do Conselho de Representantes/Assembléia Geral.

2) Descontados os repasses ao Andes-SN.

3) Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa) + Infra-estrutura + Material permanente + Campanhas.

4) Inclui reajuste salarial, pagamento de parte do 13º salário e horas-extras pagas devido à greve de maio.

5) Inclui publicação das Revistas Adusp 39 e 40.